

## Comissão debate hoje o futuro da água no Brasil

Ana Carolina de M. Braz



Estreito de Breves, Pará, na região hidrográfica do Amazonas: foto integra exposição no Salão Branco do Congresso

A titularidade e a responsabilidade de gerenciamento das águas superficiais e subterrâneas serão discutidas hoje em audiência pública

**C**omissão de Meio Ambiente convidou para o debate a Agência Nacional de Águas, a Agência Brasileira de Águas Subterrâneas e o Instituto de Gestão das Águas e Clima. O Dia Mundial da Água, 22 de março, foi lembrado em discursos no Plenário e em exposição de fotografias inaugurada ontem. **3**



Waldemir Barreto

Agripino, Heráclito e Dornelles: senadores não querem debate às pressas

### Senadores criticam urgência nas votações do pré-sal

O fim da urgência na votação dos projetos do pré-sal foi pedido ontem em Plenário por vários senadores. Francisco

Dornelles advertiu que não é prudente votar às pressas propostas com tão sérias repercussões econômicas. **5**

**Pedido sobre caso Bancoop está na CMA **4****

**CAS discute criação de piso salarial para garis **6****

**Exigência de aula noturna de direção agora é lei **7****

### Debatedores defendem especialização de mão de obra no setor de petróleo **5**



Marcia Vaz

Fernando Collor (C) acompanha apresentação de Rafael Lucchesi, diretor da Confederação Nacional da Indústria

### especial **Cidadania**

### Emenda pode restituir ao TCU função de fiscalizar royalties

Com a finalidade de restituir ao TCU a competência para fiscalizar a aplicação dos royalties de petróleo por estados

e municípios, Renato Casagrande estuda a apresentação de uma proposta de emenda constitucional. **8**

Senadores exaltam trabalho acadêmico e comunitário da instituição de ensino superior que foi, há alguns anos, apontada como a melhor em pesquisa do Centro-Oeste



Em Plenário, dirigentes e alunos da Universidade Católica celebram os 15 anos de sua consolidação em Brasília

## Universidade Católica de Brasília recebe homenagem

O SENADO FEDERAL homenageou ontem os 15 anos de transformação das Faculdades Integradas em Universidade Católica de Brasília (UCB) e a Rede Católica de Ensino. O reitor da UCB, padre Romualdo Degasperi, ressaltou o caráter comunitário e o compromisso da instituição com seus ideais evangélicos, onde estão implícitos os valores éticos, humanos, sociais e planetários.

O diretor-presidente da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (Anec), padre José Marinoni, disse que a educação católica no Brasil representa parcela significativa do ensino privado, com escolas de norte a sul do país, desde as pequenas cidades até os grandes centros urbanos.

Cristovam Buarque (PDT-DF), que propôs a homenagem, lembrou que há mais de 40 anos começou sua carreira de professor na Universidade Católica de Pernambuco. Ele sente-se grato à universidade por ter-lhe dado a oportunidade de encontrar o seu caminho na vida.

– Foi a única instituição brasileira que deu uma ajuda para a minha manutenção fora do Brasil, durante o meu período de estudante na França – acrescentou.

Cristovam observou que Brasília não pode ser vista apenas como “fórum e circo da política”, e apontou a existência de um parque universitário de excelência que orgulha o país, “cenário em que a Universidade Católica tem um papel especial

e merece respeito”.

Em 2007, a universidade foi considerada a melhor instituição de ensino superior do Centro-Oeste em pesquisa científica e a que recebeu o maior número de estrelas.

– Mas, nem por isso a Universidade Católica de Brasília se desviou da sua principal missão: o cuidado com o ser humano. O apoio de programas de extensão como o Qualidade de Vida, ações comunitárias e políticas sociais e de saúde promove, por meio de atendimentos e da conscientização, o bem-estar e a qualidade de vida das comunidades carentes.

Também homenagearam a UCB em discursos os senadores Mão Santa (PSC-PI) e Papaléo Paes (PSDB-AP).



Pesquisadores e jornalistas debatem o papel dos meios de comunicação da Casa: subsídios para planejamento estratégico

## Jornalistas ressaltam qualidade da informação produzida pelo Senado

A Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs) do Senado realizou ontem debate para discutir com jornalistas da iniciativa privada e pesquisadores o papel dos meios de comunicação da Casa. O encontro foi realizado para subsidiar o planejamento estratégico da Secs.

Todos ressaltaram a qualidade da informação dos meios de comunicação do Senado. Segundo a jornalista Eliane Cantanhêde, da *Folha de S. Paulo* e mediadora do evento, a mídia privada perdeu a discussão sobre assuntos temáticos. A mídia do Senado, disse, está cumprindo essa função. A diretora da TV Globo em Brasília, Sílvia Faria, lembrou que utiliza a Agência Senado para apurar detalhes de projetos aprovados pela Casa.

O jornalista Manoel Fernandes, da revista *Bites*, chamou a atenção para o pouco aproveitamento, pelo Senado, das novas tecnologias. O colunista do jornal *Correio Braziliense* Alon Feuerwerker ressaltou a importância de o Senado separar o trabalho de assessoria de imprensa daquele feito pelos seus meios de comunicação para manter a credibilidade. O jornalista Gustavo Krieger, da FSB Comunicações, afirmou que essa credibilidade só será mantida se suas notícias não fizerem propaganda.

Também participaram o professor Murilo Ramos, da Universidade de Brasília, a professora Mariângela Furlan, da Universidade de São Paulo, e o jornalista Cassio Politi, do *site* *Comunique-se*.

## Para Sarney, redes sociais desafiam produção de notícias

O presidente do Senado, José Sarney, recomendou à comunicação social da Casa enfrentar o desafio de um mundo cada vez mais ligado na internet, principalmente pelas chamadas redes sociais. A afirmação ocorreu no encontro que ontem discutiu o papel dos meios de comunicação do Senado.

Para ilustrar o espaço que esses veículos ainda precisam dominar, Sarney mencionou dados trazidos por Manoel Fernandes, da revista *Bites*, para quem o Senado deve se aproximar mais das mídias sociais e dos milhões de usuários da internet. Sarney salientou ainda a qualidade dos meios de comunicação social da Casa, que, disse, ajuda a fiscalizar o Poder Legislativo.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Plenário Duas MPs e um projeto de lei trancam pauta

14h A pauta está trancada por duas medidas provisórias e pelo projeto de lei que dispõe sobre a formação de docentes para atuar na educação básica, que tramita em caráter de urgência constitucional.

## Presidência Sarney e Lula inauguram ferrovia

7h O senador José Sarney acompanha o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na inauguração do trecho Colinas-Guarai, da Ferrovia Norte-Sul, e do Pátio Multimodal, em Tupirama (TO). Às 16h, preside a ordem do dia no Plenário.

## CPC Na pauta, recursos e disposições finais

9h Comissão de juristas que elabora o anteprojeto de reforma do Código de Processo Civil se reúne no auditório do Interlegis. Em debate, recursos e disposições finais e transitórias.

## CMA Titularidade e gestão das águas em debate

9h30 A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle realiza audiência pública para discutir a questão das águas superficiais ou subterrâneas do território brasileiro, sua titularidade e a responsabilidade administrativa de seu gerenciamento. Para o debate, foram convidados o diretor da Agência Nacional de Águas (ANA) Paulo Varella; o presidente da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas), Everton Luiz Costa Souza; e o diretor-geral do Instituto de Gestão das Águas e Clima (Ingá) e coordenador do Fórum Nacional dos Órgãos Gestores das Águas, Julio Cesar de Sá da Rocha.

Na pauta de 14 itens, a CMA analisa, às 11h30, projeto que concede redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre atividades de reciclagem. Outra proposta torna obrigatório constar, no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável, informações educativas sobre como deve ser a forma de descarte.

## CRA Estatal de fertilizantes

9h30 Os ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, e de Minas e Energia, Edison Lobão, são convidados de audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para discutir a criação de uma empresa estatal destinada a produzir fertilizantes.

## CPI das ONGs Eleição de vice-presidente

10h A Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs reúne-se para eleger o vice-presidente do colegiado. Em seguida, os parlamentares votam requerimentos.

## CDH Debate sobre índios guarani-kaiovás

10h Em audiência pública conjunta, as comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) debatem a situação dos índios guarani-kaiovás (MS). Foram convidados, entre outros, o governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho.

## CAE Mudanças no sigilo bancário

10h Entre as propostas em votação na Comissão de Assuntos Econômicos, mudança na Lei Complementar 105/01 para dar novo tratamento jurídico ao sigilo das operações de instituições financeiras, com o fim de tornar mais eficiente a persecução penal do Estado.

## CE Salas para alfabetização

11h Entre os 20 itens que constam da pauta, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte analisa projeto que obriga escolas a cederem salas de aula para alfabetização de jovens e adultos. Também está prevista cerimônia para inclusão, na galeria de ex-presidentes, dos retratos de Gerson Camata (PMDB-ES) e Wellington Salgado (PMDB-MG).

## CPI da Pedofilia Psicólogas depõem

17h As psicólogas Nilza Brito dos Santos Andrade, Valquíria Bezerra Galeão e Dione Vasconcelos de Mello vão prestar depoimento, em audiência pública, na CPI da Pedofilia, que investiga a utilização da internet para a prática de crimes de pedofilia.

**SESSÃO ONLINE:** a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço [www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp)

Sanções às indústrias que poluem nascentes e mananciais têm apoio de Valadares



Waldemir Barreto

## Valadares prega conservação de nascentes

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) fez coro com o discurso do secretário-geral da Organização das Nações Unidas, Ban Ki-moon, que ontem, Dia Mundial da Água, pediu urgência na adoção de políticas públicas de preservação de nascentes e fontes de recursos hídricos e na adoção do saneamento básico como prioridade número um pelos países integrantes da instituição.

Dados apresentados por Valadares indicam que, no Brasil, poucas indústrias adotam o sistema de reúso de água e não chegam a 30% as que utilizam a política de racionalização do uso da água; na irrigação agrícola, as perdas chegam a 40%, em consequência de vazamentos, equipamentos obsoletos e falta de técnicas apropriadas de plantio para prevenir a evaporação da água.

O senador manifestou apoio à proposta de Ban Ki-moon sobre a necessidade de serem aplicadas sanções às indústrias que poluem nascentes e mananciais de água.

Geovani Borges quer dar acesso à água a 66 milhões de brasileiros



Mônica Vaz

## Geovani defende pacto por água e saneamento

No Dia Mundial da Água, comemorado ontem, Geovani Borges (PMDB-AP) defendeu um pacto federativo para que o Brasil cumpra as metas do milênio propostas pelas Nações Unidas de prover o acesso à água a 66 milhões de brasileiros e ampliar o esgotamento sanitário em 40%.

– Este dia 22 é uma data que não pode ser comemorada por 40 milhões de brasileiros que não têm acesso ao sistema de abastecimento público. Cem milhões de brasileiros sofrem a falta de esgotos tratados – lamentou.

Ao destacar investimentos federais em infraestrutura, o senador informou que o governo anunciará no dia 28 um pacote de R\$ 40 bilhões para investimento em saneamento entre 2012 e 2014. Apesar dos R\$ 12 bilhões previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no entanto, tem havido escassez de água no Norte e Nordeste e a poluição dos recursos hídricos tem provocado doenças, afirmou.

Gilberto Goellner cobra aplicação de taxa por estados e municípios



Geacchi Vagge

## Goellner defende projetos de gestão de águas

No Dia Mundial da Água, o senador Gilberto Goellner (DEM-MT) cobrou dos estados e municípios maior transparência nas aplicações da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos (CFRH). Trata-se de R\$ 1,8 bilhão que as companhias de eletricidade pagam anualmente pelo uso da água em suas hidrelétricas, valor que é distribuído com os estados (45%), municípios (45%) e União (10%).

– Esses recursos não têm destinação legalmente vinculada. Estados e municípios aplicam conforme suas necessidades. Infelizmente, boa parte deles não tem nenhum plano com essa finalidade. Nem a Agência Nacional de Águas pode hoje exigir que o dinheiro seja aplicado na preservação de nossos mananciais – lamentou.

A CFRH foi criada pela Constituição de 1988. No Mato Grosso, disse Goellner, não foi possível saber sobre as aplicações que os municípios fazem dos recursos.

Crivella propõe geração de energia a partir da utilização do lixo



Geacchi Vagge

## Critério ambiental orienta licitação

Municípios com mais de 200 mil habitantes devem estabelecer preferência, nas licitações para a escolha de prestadores de serviço de coleta e manejo de resíduos sólidos, a empresas que demonstrem interesse em também explorar o potencial de energia elétrica dos aterros sanitários. É o que estabelece projeto (PLS 494/09) de Marcelo Crivella (PRB-RJ) que será examinado hoje pela Comissão de Meio Ambiente (CMA). A energia pode ser produzida a partir do aproveitamento dos gases gerados pela decomposição do lixo.

O objetivo é induzir o aproveitamento energético desses aterros – para Crivella, uma forma de melhorar as condições ambientais e garantir o uso de amplo recurso econômico. O relator, Jayme Campos (DEM-MT), avalia que o texto inova e contribui para o aprimoramento do marco regulatório do setor elétrico.

Por iniciativa de Flávio Arns e Renato Casagrande, audiência pública vai discutir a titularidade e a gestão das águas superficiais e subterrâneas do território brasileiro

# Gerenciamento das águas será debatido hoje na CMA

A TITULARIDADE E a responsabilidade de gerenciamento das águas superficiais e subterrâneas do território brasileiro serão debatidas hoje, às 9h30, em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). O debate foi proposto pelos senadores Flávio Arns (PSDB-PR) e Renato Casagrande (PSB-ES), presidente da comissão.

Foram convidados para a

reunião o diretor da Agência Nacional de Águas (ANA), Paulo Varella; o presidente da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas), Everton Luiz Costa Souza; e o diretor-geral do Instituto de Gestão das Águas e Clima (Ingá), Julio Cesar de Sá da Rocha, também coordenador do Fórum Nacional de Órgãos Gestores de Água.

Na quinta-feira, às 9h, a CMA realizará audiência pública, requerida por Casagrande, com o

objetivo de analisar os 20 anos de vigência do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

No encontro, serão colhidos subsídios para uma futura reforma do código. Deverão participar o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin, a coordenadora-executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Marilena Lazzarini; e o presidente da Vivo Participações S.A., Roberto de Lima.



Geacchi Vagge

Lupércio Zirado, do Fórum Bacias Hidrográficas, e Vicente Andreu, presidente da ANA, ouvem a senadora Marisa Serrano

## Fotos atestam beleza das bacias hidrográficas

Em comemoração ao Dia Mundial da Água, celebrado ontem, foi inaugurada no Congresso Nacional uma exposição de fotografias sobre o tema. As fotos da mostra – 48 imagens das 12 regiões hidrográficas do Brasil – foram produzidas para a publicação ANA: Ano 10, pelos fotógrafos Ricardo Zig Koch Cavalcanti, Rui Faquini e Bento Viana. A exposição é organizada

pela CMA, com o apoio da Agência Nacional de Águas (ANA). A publicação apresenta informações sobre ações e conquistas da ANA no gerenciamento dos recursos hídricos, traz um panorama das regiões hidrográficas brasileiras e destaca a beleza do acervo hídrico nacional.

Marisa Serrano (PSDB-MS), que é presidente da Subcomissão Permanente da Água da

CMA, participou da abertura de exposição e ressaltou a importância da água para o futuro da Humanidade, registrando que Brasil, México e Costa Rica são os únicos países da América Latina a dispor de políticas nacionais de conservação de recursos hídricos.

A senadora saudou os dez anos da ANA. O presidente da agência reguladora, Vicente Andreu, participou do evento.

## ONU fixa metas para ampliar acesso até 2015

A celebração do Dia Mundial da Água este ano tem como tema “Água limpa para um mundo saudável”. Na mensagem oficial para a data – celebrada anualmente no dia 22 de março –, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, destacou a importância da preservação dos recursos hídricos e os objetivos das Nações Unidas até 2015, entre os quais facilitar o acesso à água potável e melhorar o saneamento básico.

O Dia Mundial da Água foi criado pela Assembleia-Geral da ONU em 1993. A

instituição da data seguiu as recomendações da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Eco 92 –, realizada no Rio de Janeiro.

A cada ano, uma agência diferente das Nações Unidas produz um documento para a imprensa sobre a data. Esse documento tem como objetivos abordar assuntos relacionados a problemas de abastecimento de água potável e aumentar a consciência pública sobre a importância de conservação, preservação e proteção da água e de fontes e suprimentos de água

potável.

Em sua mensagem, Ban Ki-moon observou que os recursos hídricos estão cada vez mais vulneráveis e ameaçados, pois todos os dias milhões de toneladas de esgotos sem tratamento e resíduos industriais e agrícolas são despejados em sistemas de água.

Até 2015, a ONU pretende reduzir pela metade a proporção da população sem acesso à água potável e saneamento básico, bem como diminuir para dois terços a mortalidade infantil e a incidência de doenças como a malária.

## Senado faz seu primeiro pregão eletrônico

Na próxima sexta-feira, o pregoeiro oficial do Senado, Luciano Freitas de Oliveira, inicia o primeiro pregão eletrônico realizado pela instituição. Se até lá não houver nenhum recurso contra o edital, o pregão eletrônico escolherá os

fornecedores de equipamentos para transmissão em videoconferência para o Interlegis. Os equipamentos vão interligar o Senado e a Câmara dos Deputados às assembleias legislativas de todos os estados. A licitação pode atingir o valor

total de R\$ 3,74 milhões.

O pregão eletrônico tem como vantagem poder alcançar fornecedores de todo o Brasil. Com mais fornecedores habilitados, a ideia é que a concorrência aumente e o preço caia.

## Entidades do Tocantins recebem do Senado livros em braile e em áudio

O Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAP), de Palmas, recebeu ontem publicações em braile e DVDs contendo a Constituição e o Código Civil, entre outras

legislações. O mesmo material foi entregue também à Defensoria Pública do Tocantins pelo diretor-executivo da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, Florian Madruga, no 6º Salão do Livro do Tocantins.

## Alvaro Dias pede apuração de denúncias de corrupção no Paraná

Apuração rápida e punição dos responsáveis – defendeu ontem Alvaro Dias (PSDB-PR) ao comentar reportagens publicadas na imprensa de seu estado e em artigo do jornal *O Estado de S. Paulo* sobre esquema de corrupção revelado na Assembleia Legislativa do Paraná.

– O povo do Paraná tem o direito de saber quem são os responsáveis por esse escândalo. E como diz o articulista [Carlos Alberto Di Franco]: que não se busque um bode expiatório, que não se jogue sobre os ombros do diretor-geral toda a responsabilidade. É preciso buscar aqueles que comandam o processo político, naqueles que buscam o voto do povo, se elege e depois voltam as costas e não cumprem os seus compromissos – disse o senador referindo-se ao artigo do *Estadão*.

De acordo com as reportagens publicadas pelo jornal paranaense *Gazeta do Povo*, a Assembleia Legislativa do Paraná, valendo-se de atos em diários avulsos, publicados em datas aleatórias, desconectadas com os fatos editados, contratou fraudulentamente centenas



Para senador, Ministério Público já deveria ter investigado assembleia

de funcionários, os quais eram utilizados como “laranjas” para desvio de seus salários em benefício de gabinetes de parlamentares.

Alvaro Dias considerou necessária a participação do Ministério Público Federal nas investigações, dada a “lentidão” do Ministério Público Estadual, que “deveria ter instaurado procedimentos investigativos há três anos”.

# Oposição tenta aprovar pedidos sobre caso Bancoop

Requerimento que convoca pessoas ligadas à cooperativa será votado hoje por quarta comissão do Senado. Líder do governo espera que a questão seja centralizada na CMA

A COMISSÃO DE Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) será a quarta comissão do Senado a votar requerimento pedindo a convocação do ex-diretor financeiro e ex-presidente da Bancoop (Cooperativa Habitacional dos Bancários) e atual tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, para responder a denúncias de irregularidades na aplicação de recursos de fundos de pensão públicos na cooperativa. O requerimento abre a pauta da reunião da CMA de hoje, mesmo dia em que Vaccari compareceria à CPI das ONGs. O depoimento foi adiado ontem.

O teor do requerimento do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentado à CMA é idêntico ao aprovado pela CPI das ONGs. Além do ex-presidente da Bancoop, o senador pede a convocação para depoimento do promotor de Justiça José Carlos Blat, responsável pela investiga-

ção do caso pelo Ministério Público de São Paulo; do corretor de câmbio Lúcio Bolonha Funaro, que teria detalhado ao MP o esquema de desvio de dinheiro dos fundos de pensão para a caixa dois de campanhas eleitorais do PT; e de Hélio Malheiro, irmão de Luiz Malheiro (falecido em 2004), que foi dirigente da Bancoop e de uma ONG dedicada a deficientes auditivos que teria recebido vários cheques da cooperativa entre novembro de 2003 e março de 2005.

A convocação desses depoentes se repete em requerimento do senador Papaléo Paes (PSDB-AP) aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A pedido do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), foi incluído nesta lista o nome do advogado da cooperativa, Pedro Dallari. Ao contrário da CPI das ONGs, a CDH ainda não agendou a data de início desses depoimentos,

nem de realização de diligência em São Paulo para avaliar *in loco* a situação de centenas de cooperados lesados ao adquirir empreendimentos imobiliários junto à Bancoop. O requerimento de diligência é do senador Heráclito Fortes (DEM-PI), presidente da CPI das ONGs, e foi aprovado na mesma reunião da CDH. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) foi a única, até agora, a rejeitar o requerimento de Alvaro Dias sobre o caso Bancoop.

Para a líder do governo no Congresso, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), o debate, os depoimentos e as apurações sobre fraudes na Bancoop devem ser centralizados na CMA. A tentativa da oposição de emplacar requerimentos sobre o caso em várias comissões foi avaliada por ela como uma ação para “paralisar os trabalhos legislativos” e trazer uma questão de “cunho eleitoral” para o Senado.

## Raup: Jirau ficará pronta antes do prazo

Depois de ter visitado as obras das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, em Rondônia, Valdir Raupp (PMDB-RO) comunicou ao Plenário que Jirau ficará pronta em 2011, quase um ano antes do programado. O senador acompanhou visita que o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, e dirigentes da Eletrobrás, Eletrosul e Furnas fizeram às obras das duas usinas, que produzirão quase sete



Raup (foto) visitou obras em companhia de Edison Lobão

mil megawatts.

Durante a visita, disse Raupp, foi inaugurada em Porto Velho uma fábrica de componentes de geração de eletricidade do grupo francês Alstom, associado ao brasileiro Bardella, que atenderá às usinas.

## Cassol comenta visita à Embraer e à Helibras

Sadi Cassol (PT-TO) comentou visita que fez na semana passada às instalações da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), em São José dos Campos (SP), e da Helicópteros do Brasil (Helibras), em Itajubá (MG). Ele fez a viagem com um grupo de parlamentares, a convite do Comando da Aeronáutica.

O senador disse que os aviões produzidos pela Embraer, uma das maiores



Cassol: aeronaves brasileiras operam em mais de 88 países

empresas do setor no mundo, operam em 88 países nos cinco continentes. Já a Helibras, observou, é a única fabricante de helicópteros na América do Sul, abastecendo o mercado com aeronaves de última tecnologia.

## Valter Pereira ajuda haitianos a ficar no Brasil

Valter Pereira (PMDB-MS) narrou ontem o esforço para obter autorização de permanência no Brasil a um grupo de 14 haitianos que entrou ilegalmente em Mato Grosso do Sul na última semana.

Segundo Valter Pereira, os haitianos chegaram ao Brasil pela fronteira com a Bolívia, após atravessarem o Panamá e o Peru. Na fronteira com Mato Grosso do Sul, foram presos pela Polícia Federal,



Haitianos foram confundidos com traficantes, disse senador

confundidos com narcotraficantes.

O senador ajudou os haitianos a obter, após pedido junto ao Comitê Nacional para Refugiados, autorização provisória para permanência no país.

## Avanço do crack assusta Papaléo Paes

Papaléo Paes (PSDB-AP) manifestou ontem preocupação com o aumento do consumo do crack em diversas capitais do país, com destaque para São Paulo e Rio de Janeiro.

Ele lamentou que, embora o Ministério da Saúde tenha anunciado verba de R\$ 120 milhões para melhoria do serviço público de saúde mental, as autoridades têm oferecido atendimento precário para os usuários de drogas



Governo não dá atendimento adequado, afirma Papaléo

pesadas como o crack – derivado da cocaína de qualidade inferior, porém mais tóxico – e a própria cocaína.

– O iniciante no uso do crack em uma semana já está completamente viciado – lamentou.

## Heráclito vê “caos político” no Piauí

Heráclito Fortes (DEM-PI) disse ontem que o Piauí vive um “caos político” e que o debate sobre a sucessão no governo do estado precisa priorizar a discussão de ideias que favoreçam o futuro desenvolvimento local.

O debate que vem sendo travado pelo “blocão” do governo, de acordo com o senador, em nenhum momento coloca como ponto central a discussão sobre o futuro do Piauí,



Sucessão deve priorizar futuro do estado, diz Heráclito Fortes

bem como propostas e projetos para solucionar o “estado caótico” da economia piauiense e da crise por que passa o governo estadual.

– Essa questão está sendo tratada apenas no item conquista do poder.

## Mão Santa elogia empresa de importação

A empresa CPL Import – Ceará Importações de Peças e Acessórios Ltda., laureada pelo governo do Ceará com o Prêmio Contribuinte 2009, recebeu ontem voto de louvor de Mão Santa (PSC-PI). A empresa foi classificada, em 2009, entre os maiores contribuintes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Pertencente ao Grupo R. Damásio, a CPL atua no ramo de importação



Senador pede voto de louvor à importadora piauiense CPL

e distribuição de motocicletas, bicicletas, peças e acessórios, e tem sua matriz no Piauí, de onde se expandiu para outros estados. A CPL é hoje uma das maiores importadoras do ramo no Brasil e na América Latina.

Em audiência pública na Comissão de Infraestrutura, especialistas mostram caminhos para que país atenda demanda por empregos em petróleo e etanol

# Especializar mão de obra é a saída, aponta debate

O BRASIL VAI precisar de grandes investimentos nos próximos anos para atender a demanda por mão de obra especializada nos setores produtivos do petróleo e do etanol, afirmaram especialistas que participaram ontem de audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Eles discutiram o tema "Desafios, necessidades e perspectivas da formação e capacitação de recursos humanos em energia – petróleo e etanol", no quarto painel do ciclo de audiências públicas Recursos Humanos para Inovação e Competitividade – Agenda 2009-2015, promovido pela CI.

O diretor de Operações da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Rafael Lucchesi, afirmou que investimentos em inovação tecnológica estão estritamente ligados ao aumento de competitividade das empresas, bem como da produtividade e da geração de renda real. Para ele, o Brasil precisa de "um choque de cultura", pois ainda está muito atrás dos países desenvolvidos na implantação de instrumentos de inovação tecnológica,

produtividade e desenvolvimento. – O governo precisa assegurar instrumentos de apoio à inovação nas empresas – afirmou Lucchesi.

## Potencial

Já o diretor do Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol (CTBE), Marco Aurélio Pinheiro Lima, explicou que o objetivo da entidade é ajudar o Brasil a ser um gigante na exportação de etanol para todo o mundo. Ele afirmou que o país tem potencial para chegar em 2025 produzindo 250 bilhões de litros anuais de etanol (atualmente a produção é de quase 30 bilhões de litros).

Lima acredita que o país precisa de investimentos maciços em tecnologia e formação de mão de obra qualificada (nos níveis básico, médio, superior e técnico). Ele ressaltou que vai ser quase impossível ao Brasil escapar da mecanização do plantio e da colheita de cana-de-açúcar, o que pode vir a gerar problemas de desemprego.

O gerente-executivo de Recursos Humanos da Petrobras, Diego Hernandez, apresentou alguns dos

planos da empresa para o período 2009-2013, que prevê investimentos de mais de R\$ 70 bilhões. Ele disse que a Petrobras vem investindo em novas contratações nos últimos anos e afirmou que o Brasil precisa enfrentar carências específicas, como o baixo número de profissionais que são formados anualmente em áreas como geofísica e engenharia naval, bem como oficiais marinheiros.

O senador Fernando Collor (PTB-AL) sugeriu aos engenheiros brasileiros que se atualizem e aumentem seus conhecimentos constantemente, para que mantenham sua competitividade no mercado de trabalho.

O gerente de Tecnologia do Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Combustível (IBP), Raimar van den Bylaardt, informou que um programa especial de recursos humanos da Agência Nacional do Petróleo (ANP) foi iniciado em 1999 e já tem parcerias com 23 universidades brasileiras em 13 estados, com mais de 5 mil bolsas de estudos oferecidas e investimentos da ordem de R\$ 184 milhões.



Raimar van den Bylaardt (no alto), Marco Aurélio Lima, Fernando Collor, Diego Hernandez e Rafael Lucchesi participam de debate na comissão

## Dornelles alerta para impacto econômico

O Senado está na iminência de examinar, em regime de urgência, uma das reformas de maior impacto na economia do país, com repercussões para as gerações futuras.

O alerta foi feito ontem pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ) sobre a proposta que institui o regime de partilha para exploração e produção de petróleo na camada pré-sal e em outras áreas estratégicas (PLC 16/10).

Ele disse que a Casa não deve decidir a troca do regime de concessão pelo de partilha sem um exame profundo, impossível de ser feito no prazo de 45

dias. Logo após o discurso, foi lido o pedido de urgência feito pelo Executivo.

Dornelles frisou que o sistema de concessão funciona com "grande sucesso": implantado em 1997, contribuiu para a elevação da produção de petróleo de 900 mil barris/dia para 2 milhões de barris/dia.

## Diferenças

Pelo regime de concessão, a Agência Nacional do Petróleo estabelece as condições da exploração. Ganha e adquire o direito de explorar o campo a empresa que fizer o maior lance, e ela vai pagar por isso um bônus de assinatura.

ra. Quanto menor o risco, maior o bônus.

Com o regime de partilha, esse bônus será fixado pelos técnicos da Petro-Sal. Ou seja, observou Dornelles, troca-se um parâmetro de mercado por algo que ficará a critério de funcionários da nova estatal.

As empresas que exploram petróleo pagam o que se chama de participação especial – recurso destinado a estados e municípios que desaparece no sistema de partilha. Também pagam *royalties* para compensar os danos ambientais, que, no regime de partilha, é devolvido às empresas.

## Senadores apoiam ampliação do debate

Vários senadores apoiaram o apelo de Francisco Dornelles (PP-RJ) pelo fim da urgência e por uma discussão mais ampla dos projetos sobre o petróleo da camada pré-sal. Heráclito Fortes (DEM-PI) disse que Dornelles trouxe para a Casa a possibilidade de uma "discussão madura e clara" a respeito das propostas e acusou o governo de haver se omitido na votação, pelas mudanças na divisão dos *royalties*.

– A coisa correu frouxa e, agora, o que se ouve é o presidente da República dizer que vai lavar as mãos, que vai deixar a coisa ser decidida pelo Congresso – lamentou.

Heráclito garantiu que o Senado vai reabrir a temporada de discussões, que, em sua avaliação, deve abranger todas as injustiças tributárias. Já Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que o governo inverte as prioridades quando

coloca em discussão, primeiro, o projeto que cria a Petro-Sal (PLC 309/09) sem uma definição do sistema de exploração – partilha ou concessão.

– Obviamente, se o sistema de concessão for vitorioso nesse debate, já se dispensa liminarmente a criação de nova empresa, uma vez que aí está a Agência Nacional do Petróleo cumprindo seu papel. Mesmo que o sistema de partilha seja o vencedor, há que se discutir a conveniência, ou não, de uma nova empresa estatal, que subtrairia prerrogativas da ANP.

O líder do DEM, José Agripino (RN), também questionou a urgência.

– Querer trocar uma coisa que está dando certo [regime de concessão] por outra [regime de partilha] que é uma expectativa, e discuti-la em regime de urgência, é, no mínimo, um desrespeito ao interesse do cidadão.

## Mais três projetos com urgência

Todos os quatro projetos do governo que tratam da exploração de petróleo na camada pré-sal já tramitam em regime de urgência no Senado. Três pedidos para que essas propostas sejam examinadas no prazo máximo de 45 dias foram lidos ontem. Um dos projetos – o PLC 309/09, que cria a Petro-Sal – já tramitava em regime de urgência, apesar dos protestos dos senadores da oposição. Tasso Jereissati (PSDB-CE) chegou a apresentar requerimento para que a tramitação do PLC 309/09 aguardasse a chegada do projeto sobre o marco regulatório do pré-sal (PLC 16/10), o que acabou acontecendo ontem.

Outro projeto que integra o conjunto das mensagens enviadas pelo Executivo é o PLC 7/10, que cria um fundo social com recursos da exploração do pré-sal. Também terá de tramitar em regime de urgência o PLC 8/10, que autoriza a União a ceder onerosamente à Petrobras o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo.



Dornelles (E) conversa com José Agripino em Plenário: alerta foi apoiado por diversos senadores

## Cristovam adverte país sobre riscos do mau uso do petróleo

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) chamou ontem a atenção para a necessidade de o Brasil empregar corretamente os recursos do petróleo do pré-sal, citando o Haiti como um exemplo do que pode ocorrer quando um país não investe da maneira correta os seus recursos.

Ele lembrou que o Haiti já foi considerado no passado "a

pérola das Antilhas", no ciclo do açúcar, mas deixou suas riquezas se esvaírem não usando os seus recursos para investir na educação de base.

Cristovam assinalou que o petróleo é um recurso esgotável, que vai acabar dentro de 50 anos, e que "é burrice" não aplicar bem os recursos resultantes da sua exploração, desperdiçan-

do essa riqueza. O senador disse que talvez o petróleo até fique obsoleto antes de acabar, tendo o seu uso proibido dentro de 15 ou 20 anos, caso o aquecimento global se agrave.

Cristovam citou como positivo o exemplo da Noruega, que criou um fundo de investimento com recursos obtidos com a exploração do petróleo. Ele apre-

sentou, junto com o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), projeto de lei propondo a criação de um fundo de investimento semelhante no Brasil. Também apresentou outro projeto em que regulamenta a forma de distribuição dos rendimentos do fundo conforme o número de estudantes nos estados e municípios.



Cristovam lembra exemplo do Haiti, que desperdiçou as suas riquezas

Comissão de Assuntos Sociais pode votar, em decisão terminativa, proposta que dá novos direitos a quem trabalha na coleta de lixo. Emenda exclui o setor público



Garis lavam as ruas de Olinda para o carnaval: funcionários de prefeituras e estados não vão ter direito ao piso

## Projeto cria piso de R\$ 1 mil para garis do setor privado

UMA DAS PROPOSTAS a serem votadas na reunião de amanhã da Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS), em decisão terminativa, é a que institui o piso salarial nacional de R\$ 1 mil para garis, a partir de janeiro de 2011. O projeto foi apresentado em outubro de 2009 pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e modificado em fevereiro, por meio de emendas do relator, Heráclito Fortes (DEM-PI).

O PLS 464/09 previa inicialmente, além do piso de R\$ 1 mil, reajuste anual com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), pagamento de adicional de insalubridade no "grau máximo" e multa em caso de desrespeito à nova lei. Em seu relatório, Heráclito alterou todos esses itens, com exceção do que se refere à multa.

Em uma das emendas, Heráclito determinou que o piso não

valerá para os garis que sejam servidores públicos. Ele lembrou que, em diversos municípios, o varredor e o coletor de lixo são funcionários da prefeitura ou de empresas públicas e, por isso, argumentou que, "em tais circunstâncias, o estabelecimento de um piso nacional poderia ser caracterizado como uma violação da autonomia de entes federados – os municípios – que dela dispõem".

Ao eliminar o reajuste anual sugerido por Paim, o Heráclito afirmou que "o projeto institui mecanismo de correção contrário, em espírito, à intenção do legislador na lei de 2001 [Lei 10.192/01], que é a de impedir a criação de mecanismo automático de correção salarial, atribuindo essa correção à livre negociação entre as partes".

O relator também retirou do texto o item que prevê "grau

máximo" no adicional de insalubridade a ser pago aos garis. Entre outros argumentos, ele afirma que esse dispositivo invade competência do Ministério do Trabalho e Emprego. E que, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei 5.452/43), a caracterização do grau de insalubridade, "conforme as normas do ministério, deve ser feita por perícia levada a cabo por profissional habilitado".

Para evitar confusões quanto aos profissionais que devem ser beneficiados, Heráclito substituiu o termo gari (que "padece de certa imprecisão terminológica", o que "pode gerar interpretações divergentes") pela seguinte definição: "trabalhador que exerça as atividades de coleta de lixo, de qualquer natureza, e de varrição de vias públicas e logradouros".

## Proposta estende porte de arma a peritos, legistas e papiloscopistas

Os integrantes das carreiras funcionais de Institutos de Criminalística, Identificação e Medicina Legal poderão ser autorizados a portar arma de fogo fornecida pela instituição onde trabalham, mesmo fora de serviço. A previsão está em projeto (PLS 451/09) em que a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) busca dar as esses servidores condições de trabalho semelhantes às dos quadros das polícias civis. A proposta integra a pauta da reunião de hoje da Comissão de Constituição e Justiça.

Segundo Serys, o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03) permite o porte de arma para os peritos das polícias civis dos estados, não levando em conta o fato de que, em pelo menos 18 estados, os órgãos periciais estão desvinculados da estrutura de Polícia Civil. Dessa forma, constata ela, a lei deixou em posição desigual peritos criminais, médicos legistas e papiloscopistas das unidades da Federação que se encontram organizados em carreira própria e autônoma em relação às polícias civis.



Serys aponta condição não levada em conta no Estatuto do Desarmamento

Favorável ao projeto, o relator, senador Wellington Salgado (PMDB-MG), afirma que permitir a toda a categoria o porte de arma de fogo é respeitar o princípio da igualdade em relação às polícias civis.

## Atletas poderão ter assistência de urgência

Atletas profissionais vítimas de traumatismo, inclusive dentário, ocorrido durante a prática desportiva deverão contar com assistência médica e odontológica de urgência. Proposta que obriga a oferta desses serviços por parte de entidades de prática desportiva está na pauta de amanhã da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Pelo PLC 304/09, essas entidades precisam dispor de equipamentos e recursos humanos especialmente destinados à prevenção dos traumatismos – sobretudo os de natureza dentária – e meios adequados ao atendimento emergencial desses acidentes, caso ocorram durante jogos ou treinamento de jogadores profissionais ou em formação.

O relator, Papaléo Paes (PSDB-AP), modificou o caráter isolado da proposta, transformando-a em texto que acrescenta essas exigências à Lei 9.615/98 (Lei Pelé).

Depois da decisão da CAS, a proposta será examinada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

## Violência contra idoso com registro obrigatório

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa, amanhã, proposta que torna obrigatória a notificação de atos de violência praticados contra idosos, por ocasião de seu atendimento em serviços de saúde pública ou privada.

Marisa Serrano (PSDB-MS), em seu parecer favorável, afirma que a violência contra o idoso é problema social grave e a proposta, portanto, contribuirá para reduzir a impunidade.

De acordo com o projeto (PLC 298/09), muitos idosos não denunciam a violência sofrida por medo ou sentimento de culpa diante do fracasso das relações familiares.

A proposta altera o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03) para incluir serviços de saúde pública ou privada entre as entidades que devem informar à autoridade sanitária qualquer ação que cause morte, dano, sofrimento físico ou psicológico a um idoso. A decisão terminativa sobre o projeto caberá à Comissão de Direitos Humanos (CDH).



Marina Silva requereu audiência pública que será realizada hoje

## Discussão sobre a situação dos índios guarani-kaiovs

A situação dos índios guarani-kaiovs, do estado do Mato Grosso do Sul, que enfrentam problemas como discriminação e violência, será debatida hoje, a partir das 10h, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A autora do requerimento é a senadora Marina Silva (PV-AC).

Foram convidados para a audiência pública o ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto Teles, o governador do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, e o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, além de lideranças indígenas e especialistas.

Relatório da ONU informa que há registro de casos de assassinato, suicídio, desnutrição e alcoolismo entre os guarani-kaiovs, que têm uma das piores condições de vida entre os povos indígenas do país.

## CDH debate sumiço dos jovens de Luziânia

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza amanhã audiência pública para discutir o sumiço de seis jovens do município de Luziânia (GO). Eles desapareceram entre 30 de dezembro do ano passado e 22 de janeiro deste ano.

O debate, sugerido pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), terá a participação de parlamentares, policiais e das mães dos seis desaparecidos. Foram convidados o ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto Teles; as deputadas federais Bel Mesquita (PMDB-PA) e Andréia Zito (PSDB-RJ); e o secretário de Segurança Pública de Goiás, Ernesto Roller.

Na última semana, parentes e amigos dos jovens desaparecidos fizeram uma manifestação no centro de Luziânia, para evitar que o caso caia no esquecimento.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mão Santa • Papaléo Paes • Gilberto Goellner • Sadi Cassol • Valter Pereira

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria, Suely Bastos e Sylvio Guedes  
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo S. Alves  
Revisão: André Falcão, Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Alteração no Código de Trânsito Brasileiro foi publicada na quinta passada. Carga horária mínima será fixada pelo Conselho Nacional de Trânsito

# Aula de trânsito noturna passa a valer em 60 dias



O DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO publicou na quinta-feira passada a Lei 12.217/10, que torna obrigatória a realização de aulas noturnas para a obtenção da carteira de motorista ou motociclista.

Pela nova regra, que só entrará em vigor em 60 dias (portanto, no dia 18 de maio), a quantidade de aulas que deverão ser dadas à noite será definida em resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

O texto acrescenta um item ao artigo 158 do Código de Trânsito

Brasileiro, que trata das regras para as aulas de direção. Hoje, basta o aprendiz comprovar o cumprimento de pelo menos 20 horas no trânsito – em horários e locais definidos pelo Departamento de Trânsito (Detran) – acompanhado por um instrutor autorizado.

Apresentado pelo deputado federal Celso Russomanno (PP-SP), o projeto (PLC 113/09 no Senado) tramitou pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Educação, Cultura e Esporte (CE), sendo aprovado sem modificações.

Na CE, onde passou primeiro, o texto recebeu elogios do relator Paulo Paim (PT-RS), para quem dirigir à noite exige habilidades que a aprendizagem teórica não é capaz de oferecer.

– Para enfrentar o trânsito noturno, é preciso que o aprendiz tenha vivenciado, na prática, peculiaridades tais como a diminuição da visibilidade e o efeito dos faróis dos veículos e da sinalização refletiva nas vias, entre outras circunstâncias – avaliou Paim.

Aprovado em decisão terminativa na CCJ em fevereiro passado, o projeto foi elogiado pelo relator, Valdir Raupp (PMDB-RO).

– O candidato precisa ser preparado para enfrentar todas as adversidades do trânsito, a fim de que não tenha que aprender com os próprios erros quando já estiver habilitado – disse.



A diminuição da visibilidade e o efeito dos faróis e da sinalização deverão ser vivenciados primeiro em aulas de direção

## “À noite, preocupação deve ser redobrada”

Quando apresentou o projeto, transformado em lei na semana passada, o deputado Celso Russomanno lembrou que as estatísticas demonstram que os motoristas são responsáveis pela esmagadora maioria dos acidentes de trânsito. Problemas nos veículos ou nas vias vêm muito atrás. Por isso, treinar os condutores da melhor forma possível é essencial medida de segurança.

– [É preciso] evitar que o período de aprendizagem torne-se mero simulacro da realidade com a qual vai defrontar o futuro motorista. Por isso, condições especiais de dirigibilidade, que fazem parte da rotina de qualquer motorista, devem fazer parte do aprendizado do futuro condutor – argumenta o deputado.

Segundo Russomanno, as

aulas obrigatórias previstas no projeto se justificam porque “conduzir veículo à noite exige precauções adicionais, atenção redobrada” e não se aprende nos manuais.

– É preciso que o candidato, no processo de treinamento, se submeta a essa circunstância, para não vir a fazê-lo apenas quando lhe tiver sido concedida a permissão para dirigir.



Dirigir à noite exige habilidades que a teoria não oferece, afirma Paulo Paim

## Comissão vota regulamentação da prática de esportes radicais

O primeiro item da pauta da reunião da Comissão de Educação (CE), marcada para as 11h de hoje, regulamenta a prática de esportes radicais ou de aventura no Brasil. A proposta (PLS 403/05), do senador Efraim Moraes (DEM-PB), recebeu parecer favorável do relator, Raimundo Colombo (DEM-SC). O projeto define regras para a prestação de serviços dessas práticas esportivas e normas para o acesso aos insumos e equipamentos utilizados.

A proposta determina que a certificação para instrutores e profissionais responsáveis pela preparação de locais e operação de equipamentos deve ser apresentada pelas prestadoras dos serviços dessas práticas esportivas às federações e confederações, de forma que o Estado não viole o princípio de autonomia dessas entidades de administração do desporto.

Apesar de vários desses esportes já contarem com organizações que estabelecem requisitos mínimos para as suas atividades, o relator entende que é necessário ter as regras definidas em lei, para permitir interação entre o Ministério da Educação, o Conselho Nacional do Esporte e as entidades de administração do desporto durante a elaboração dos regulamentos.

Outra modificação proposta pelo relator é um melhor en-



Proposta de Efraim cria normas para acesso a equipamentos

quadramento civil e penal dos prestadores de serviços relacionados a esportes de aventura ou radicais. Por isso, Colombo incluiu, no substitutivo, artigo para prever a incidência de sanções civis e penais, em caso de descumprimento das determinações da lei.

Constam ainda da pauta da CE projetos que autorizam o governo federal a criar duas universidades federais, uma escola técnica federal e cinco unidades de institutos federais de educação. A competência para criar escolas, institutos e universidades federais é do Executivo e os projetos do Congresso, na expressão do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), funcionam como sugestão ao governo, com as devidas justificativas. Alvaro é relator de uma das propostas, que autoriza o Executivo a criar a escola técnica federal do município de Reserva (PR).

## Uso de redes de proteção por bombeiros poderá ser obrigatório

O uso de redes de proteção poderá passar a ser obrigatório em todas as operações de salvamento realizadas pelas unidades do corpo de bombeiros militar a uma altura que ofereça risco a seus quadros e às vítimas socorridas. A medida consta de projeto em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que se reúne amanhã.

Na justificação do projeto (PLC 69/09), o autor, deputado Luciano Castro (PR-RR), argumenta que as unidades do corpo de bombeiros não dispõem desse equipamento,

deixando a segurança pessoal de militares e vítimas exclusivamente por conta “da capacidade e da agilidade física dos bombeiros”.

O deputado argumenta que, em ações realizadas a uma altura cuja queda seja fatal para o trabalhador, é evidente a responsabilidade do empregador no fornecimento de redes de proteção. Mas, diz ele, “o Estado empregador tem, até o momento, se eximido dessa obrigação em relação aos seus servidores nos corpos de bombeiros”.

Favorável ao projeto, o re-



Categoria trabalha em situação de alto risco, diz o relator João Pedro

lator, senador João Pedro (PT-AM), frisa que a obrigatoriedade de fornecimento e uso das redes de proteção é uma medida “de grande alcance humanitário, por visar à proteção de uma categoria de trabalhadores que operam em situação de alto risco”.

## Projetos com benefícios para aposentados estão na pauta da CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) examina amanhã projeto (PLS 56/09) que isenta das contribuições previdenciárias os aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social que continuam – ou voltam – a trabalhar em atividade abrangida por esse regime.

A proposta foi apresentada por Raimundo Colombo (DEM-SC) e o relator, Paulo Duque (PMDB-RJ), sugeriu diversas alterações ao projeto original.

Outro item incluído na pauta

– com 18 itens – também beneficia os aposentados que continuam ou voltam a trabalhar: a proposta permite que essas pessoas movimentem, a cada 12 meses, os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Além disso, reduz a idade mínima exigida para o uso do FGTS de 70 para 65 anos. Essa proposta é a consolidação de três projetos de lei:

– o PLS 255/07, de Neuto de Conto (PMDB-SC);  
– o PLS 263/07, de Paulo Paim



Raimundo Colombo propõe isenção de contribuição previdenciária

(PT-RS);  
– e o PLS 55/09, de Raimundo Colombo.

O relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), recomenda a aprovação.



# Senado pode ajudar a resgatar papel do TCU na fiscalização dos royalties

Casagrande estuda apresentação de proposta de emenda constitucional restituindo ao tribunal competência para fiscalizar a aplicação dos recursos por estados e municípios

**P**ara restituir ao Tribunal de Contas da União (TCU) a competência de fiscalizar a aplicação dos royalties do petróleo e das participações especiais pelas prefeituras e pelos governos estaduais, o presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, senador Renato Casagrande (PSB-ES), informou que está examinando a apresentação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC).

Na avaliação do presidente do TCU, Ubiratan Aguiar, esse é o único caminho para que o tribunal possa voltar a fiscalizar as prefeituras e os estados, como fazia antes do

acórdão do Supremo Tribunal Federal (STF) de 2003. Na edição passada, o *Especial Cidadania* mostrou que a decisão do Supremo transferiu essa competência aos tribunais estaduais.

A posição do STF acabou, na prática, por impedir não só a fiscalização pelo TCU, como também pela Controladoria-Geral da União (CGU). Por sua vez, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) informou que não possui qualquer atribuição para fiscalizar os repasses de royalties e participações especiais.

Com as dificuldades que os tribunais de contas estaduais enfrentam para fiscalizar a

aplicação desses recursos, adquire maior importância ainda o controle social sobre esses gastos. Só que a sociedade brasileira ainda está formando essa rede.

A atuação do TCU, segundo Aguiar, ficou restrita a fiscalizar se os valores repassados aos estados e municípios estão de acordo com o que estabelece a legislação.

Cartilha editada pelo TCU em 2008 lembra que “atualmente, não existe restrição para a utilização dos recursos do petróleo, exceto quanto à proibição de pagamento de dívida e do quadro permanente de pessoal”.

Exploração de petróleo rendeu quase R\$ 1 bilhão a Campos em 2009

## Município que mais recebe não tem controle social

Campos, no norte fluminense, é o município brasileiro que mais recebe royalties do petróleo – total de R\$ 938,45 milhões em 2009, incluindo a participação especial, segundo dados da ANP. Mas só agora terá um observatório social para monitorar os gastos públicos, financiados em grande parte por esses repasses federais.

O observatório social de Campos vai atuar como um braço do movimento que surgiu no ano passado na Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf), como projeto de extensão universitária, explicou ao *Jornal do Senado* o coordenador do Movimento Nossa Campos (MNC), Hamilton Garcia, professor de Ciência Política da Uenf. Com lançamento previsto para 28 de março, é inspirado no observatório social implantado em Maringá (PR), experiência premiada pela ONU.

Paulo Duque (PMDB-RJ) manifestou apoio ao MNC, que está se estruturando em meio

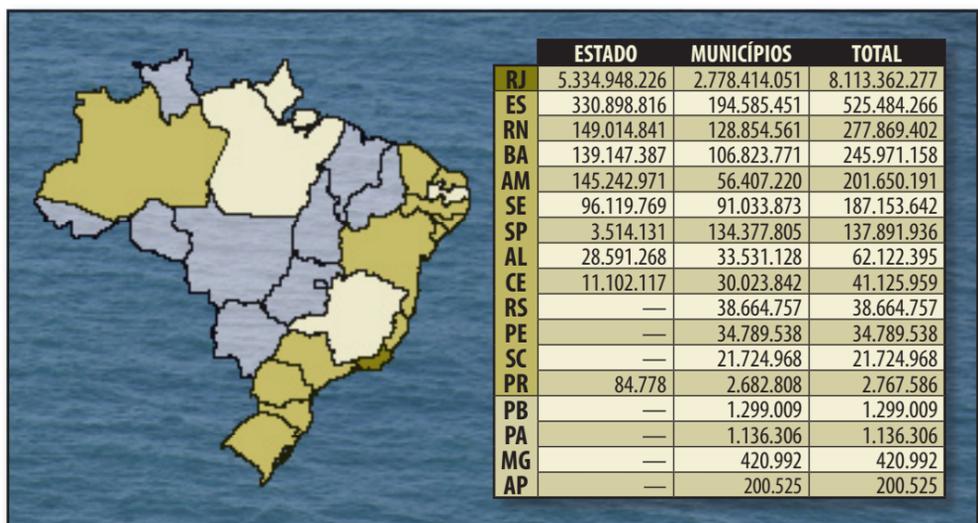
aos debates sobre o marco regulatório do pré-sal. O senador defendeu que o país aperfeiçoe os seus controles sobre a aplicação dos recursos dos royalties e inclua o tema na pauta dos debates sobre o pré-sal.

O município fluminense, de acordo com Garcia, já havia tentado viabilizar mecanismo de controle social sobre os royalties do petróleo nos anos 1990, quando discutiu a implementação de um orçamento participativo. “O objetivo era que os investimentos fossem discutidos com a sociedade”, lembrou.

O que restou dos debates da época foi um fundo de desenvolvimento que, segundo Garcia, enfrenta problemas de transparência: “Nos últimos dez anos, mais de R\$ 6 bilhões em royalties e participação especial reforçaram os cofres municipais de Campos. Mas não se sabe onde foram efetivamente aplicados. As obras realizadas não correspondem a esse elevado montante”.

## Repasses federais em 2009

Quadro mostra repasses de royalties e participações especiais aos governos estaduais e prefeituras. O total destinado a um determinado estado está na soma das duas colunas



Fonte: SIGA Brasil

## Siga Brasil facilita acesso aos dados e permite comparação

O Siga Brasil, ferramenta do Senado que permite acesso direto aos dados do Siafi – sistema usado pelo governo federal para administrar seu orçamento e realizar seus pagamentos –, lançou esta semana consulta exclusiva sobre os repasses de royalties do petróleo e participação especial aos estados e aos municípios.

– Esse acesso simplificado é mais uma contribuição do Senado para dar transparência aos gastos federais – afirmou o consultor Orlando Cavalcante Neto, um dos responsáveis pela gestão do Siga Brasil.

No endereço [www.sigabrazil.gov.br](http://www.sigabrazil.gov.br), basta acessar, no menu à direita da pági-

na, o item “estados e municípios”. O usuário deve selecionar a aba de execução orçamentária e o ano, tanto para localizar os recursos que vão para os estados quanto para os municípios. Em seguida, deve acessar na lista o item “royalties do petróleo”, localizado acima de “transferências constitucionais”.

O sistema permite comparar os repasses aos municípios de um determinado estado, bastando selecionar apenas um deles. Para isso, o usuário deve selecionar o município. O Siga exibirá os dados no alto da tela e, abaixo, a relação de todos os demais municípios do estado que recebem royalties e participação especial.

## Lei capixaba redistribuiu os recursos

O Espírito Santo, estado que recebe o segundo maior volume de royalties e participação especial – R\$ 330,89 milhões em 2009 –, aprovou lei (8.308/06) que redistribuiu aos municípios capixabas não produtores 30% do que o estado recebe.

A lei submeteu a fiscalização na aplicação dos recursos a um conselho municipal com três representantes da sociedade e três da prefeitura. “Todos os investimentos precisam ser aprovados por esses conse-

lhos”, informa o presidente do Banco de Desenvolvimento daquele estado (Bandes), Guerino Balestrassi.

A legislação capixaba inspira-se em experiências estrangeiras bem-sucedidas, como a de Aberdeen, Escócia, base da exploração britânica de petróleo no Mar do Norte. Nos anos 1990, Aberdeen optou por investir seus royalties em biotecnologia, criando alternativas para a comunidade local, que vivia basicamente da pesca.

Hoje, possui um centro de pesquisas médicas que é referência mundial.

A lei estadual amarrou as destinações, pensando no bem-estar da sua população. Os recursos podem ser aplicados em 12 áreas, que vão de meio ambiente e segurança a formação profissional e inclusão digital.

Dos 78 municípios capixabas, segundo Balestrassi, 74 recebem esses recursos do Fundo para Redução das Desigualdades Regionais.

### Saiba mais

**Siga Brasil**  
[www.sigabrazil.gov.br](http://www.sigabrazil.gov.br)  
**Tribunal de Contas da União**  
<http://portal2.tcu.gov.br>

Ouvidoria – tel.: 0800 644-1500



Setor de Administração Federal Sul, Quadra 4, Lote 1, Ed. Sede, sala 106  
CEP 70042-900 – Brasília – DF  
**Lei Estadual 8.308/06 (Espírito Santo)**  
[www.mpes.gov.br/anexos/conteudo/21361657371172008.pdf](http://www.mpes.gov.br/anexos/conteudo/21361657371172008.pdf)

CONFIRA A ÍNTEGRA DO ESPECIAL CIDADANIA EM [WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL](http://WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL)